

EDUCAÇÃO (DE TEMPO) INTEGRAL: REFLEXÕES SOBRE O OLHAR DISCENTE

Keile Socorro Leite Felix ¹

RESUMO

A educação integral e de tempo integral encontram-se respaldadas nos principais marcos legais que regulamentam a educação brasileira - na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei no 9394/1996) e no Plano Nacional de Educação (PNE, Lei 13.005/2014). As redes de ensino do país estão há dez anos implementando estratégias com vistas a atender o que se encontra previsto na meta seis do PNE, ampliando tanto o quantitativo de escolas que atendem aos alunos em tempo integral, como de discentes matriculados em tempo integral. Dentre essas estratégias, destaca-se a ampliação da jornada escolar nas escolas que inicialmente atendiam em tempo parcial e reestruturação de escolas de tempo parcial para adequar-se às necessidades de atendimento a essa política pública; construção de novas unidades escolares de acordo com padrão arquitetônico, mobiliário e ambientes pedagógicos adequados à ampliação da jornada escolar; fomentação de parcerias entre as unidades escolares e outros espaços que possam fortalecer ações educativas, esportivas e culturais e, ainda, desenvolvimento de atividades pedagógicas e multidisciplinares. Tendo como ponto de partida a implementação dessa política pública, essa pesquisa busca analisar dentre outros pontos: Como alunos de anos finais do ensino fundamental de uma escola de tempo integral do município de Fortaleza compreendem os conceitos de educação integral e tempo integral? Que razões os levaram a optar por uma escola de tempo integral? O que eles esperavam de uma escola desse modelo educacional e o que encontram no seu cotidiano escolar? A proposta curricular implementada atende às expectativas desses alunos? Quais as potencialidades e desafios dessa modalidade para os discentes?. Como metodologia, usaremos o método qualiquantitativo (Gatti, 2002), trabalhando com a análise e interpretação de documentos e de dados coletados de entrevistas e questionários aplicados com os discentes e, ainda, com o trabalho realizado com grupos focais.

Palavras-chave: PNE, Educação integral, Tempo integral, Discentes.

INTRODUÇÃO E APORTE TEÓRICO

O debate acerca da importância da Educação em Tempo Integral para a melhoria da qualidade do processo formativo dos estudantes não é um tema novo na história da educação brasileira, embora se possa afirmar que enquanto uma política pública educacional efetivamente colocada em prática com o objetivo de atender a uma parcela considerável da população brasileira em idade escolar seja temática relativamente nova. A pesquisa tem como fundamentação teóricos que trabalham os conceitos de política pública e educação integral e em tempo integral, dentre eles destacam-se: Azevedo (1997), Ball e Mainardes (2011), Coimbra (2002), Paro (2009).

¹ Mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará. Professora Efetiva da Rede Municipal de Ensino de Fortaleza. E-mail: keilesocorro1983@gmail.com.

Entre os dispositivos legais que sinalizam para a defesa da Educação em Tempo Integral como elemento imprescindível ao pleno desenvolvimento dos discentes, têm-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9394/1996), que em seu Art. 34 estabelece que “A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola”, corroborando o que já estava previsto em seu Art. 2 de que a educação tem “por finalidade o pleno desenvolvimento do educando”.

Ainda na LDB, em seu Art. 87, foi instituída a “Década da Educação”, dentro dessa proposição de ações a serem realizadas com a finalidade de desenvolver o aluno de maneira plena, prepará-lo para o exercício da cidadania e qualificá-lo para o trabalho. No §1º deste artigo foi estabelecido que a União deveria enviar ao Congresso Nacional, dentro de um ano após a publicação da LDB, o Plano Nacional de Educação, com as diretrizes e metas a serem cumpridas ao longo de um prazo de dez anos e que estas deveriam ser elaboradas em sintonia com o estabelecido pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos. No §5º do referido artigo, ficou estabelecido também que seriam “(...) conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral”.²

A proposição de um Plano Nacional de Educação está intrinsecamente relacionado ao projeto de educação que se pretende implementar em um país (COELHO, 2016). Tendo essa assertiva por base se compreende a demora na entrega do primeiro PNE brasileiro, que se deu em virtude das divergências entre políticos, educadores, instituições educacionais e membros da sociedade civil acerca das diferentes concepções de educação, atribuições dos entes federados e dos recursos a serem alocados à educação. O Plano Nacional de Educação, que segundo a LDB deveria ser entregue à sociedade brasileira em 1997, só ficou pronto em 2001, conforme Lei nº 10.172/2001.

De acordo com Janete Azevedo (2015), o PNE (Lei nº 10.172/2001), embora notadamente conservador e alinhado aos interesses neoliberais, trouxe avanços perceptíveis à educação brasileira, como a ampliação da jornada escolar do ensino fundamental para nove anos, a ampliação da obrigatoriedade da educação que passou a integrar a educação infantil e o ensino médio, a criação de fundo para manutenção e

² Embora a discussão acerca da necessidade de um Plano Nacional de Educação remonte ao período imperial (CURY, 2015), foi na década de 1930 que esse debate realizado por um grupo de intelectuais progressistas se aprofundou, esse grupo se colocava contrário ao projeto hegemônico da época de uma educação pautada no ensino bacharelesco e elitista, seus ideais foram registrados no Manifesto dos Pioneiros da Educação (AZEVEDO, 2015, p. 268).

desenvolvimento da educação, a ampliação de políticas públicas afirmativas e de inclusão, interiorização das universidades, aumento dos recursos para financiar a educação com a publicação da Emenda Constitucional nº 59, de 2009, dentre outras medidas (AZEVEDO, J. M. Lins de. 2015, p. 272).

Em relação ao Tempo Integral, esse PNE ressalta na meta nº 21 a necessidade de se “Ampliar, progressivamente a jornada escolar visando expandir a escola de tempo integral, que abranja um período de pelo menos sete horas diárias (...)”. Na meta nº 22 continha-se como os entes federados deveriam se organizar a fim de atendimento da meta nº 21 “Prover, nas escolas de tempo integral, preferencialmente para as crianças das famílias de menor renda, no mínimo duas refeições, apoio às tarefas escolares, a prática de esportes e atividades artísticas, nos moldes do Programa de Renda Mínima Associado a Ações Sócio-educativas”. Percebe-se que além da ampliação do tempo da jornada escolar e da diversificação das propostas curriculares, essa meta tinha uma dimensão social, uma vez que buscava priorizar no atendimento integral os alunos provenientes de famílias com baixa renda familiar, possivelmente mais sujeitas às vulnerabilidades sociais.

Em 2014, após longos debates no Congresso Nacional, foi aprovado o segundo PNE (Lei 13.005/2014), também com um prazo de vigência de dez anos. Tem como diretriz que a União junto com os entes federados promovão, em regime de colaboração, políticas públicas que possibilitem a melhoria da educação brasileira visando a superação das desigualdades sociais e econômicas e a formação de um indivíduo ético, livre de discriminação, que valorize o respeito humano, tenha formação adequada para o mercado de trabalho e para o pleno exercício da cidadania. Esse PNE traz em sua composição 20 metas a serem cumpridas no decênio 2014 a 2024, dentre essas tem-se a meta nº 6 cujo objetivo é “Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica” (BRASIL, 2014).

No ano de 2013, a Prefeitura Municipal de Fortaleza já havia publicado Decreto³ criando as Escolas de Tempo Integral em Fortaleza e em 2015, atendendo ao PNE, a Prefeitura Municipal de Fortaleza aprovou o Plano Municipal de Fortaleza (PME, Lei nº 10.371/2015). Em sintonia ao proposto no PNE, o PME apresenta seis estratégias a serem

³ Decreto nº 13.263/2013. Cria no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Fortaleza as Escolas de Tempo Integral e dá outras providências. Diário Oficial do Município, nº 15.178, em 10 de dezembro de 2013.

realizadas ao longo do referido decênio de vigência do plano a fim de atender a meta nº 6 do Plano Nacional de Educação, buscando ampliar tanto a oferta de escolas como o número de matrículas em tempo integral na Rede Municipal de Ensino de Fortaleza.

De acordo com os dados do Censo Escolar de 2022, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Fortaleza atende a 64,4% dos seus alunos com matrícula em tempo integral, com cerca de 134.572 alunos matriculados.

O atendimento aos alunos em tempo integral vem sendo realizado por meio de variadas estratégias empreendidas ao longo desses dez anos pela Prefeitura de Fortaleza. Sobre essas ações Sousa (2024) pontua que:

No PME, Fortaleza assume as seguintes frentes para a ampliação do tempo escolar como norte para suas ações: na educação infantil, por meio da ampliação dos centros de educação infantil (CEI) e parceria de creches conveniadas com atendimento em tempo integral para crianças do berçário aos cinco anos; no ensino fundamental, por meio dos programas de fortalecimento da aprendizagem reunidos sob o guarda-chuva do Programa Aprender Mais – Decreto nº 14.233/2018 (Fortaleza, 2018) – e por meio das escolas municipais de tempo integral. Assim, a educação integral em tempo integral em Fortaleza segue em consonância com a política nacional do Plano Nacional de Educação (PNE 2014- 2024), Meta 6, e seu atendimento encontra-se em processo de crescimento (SOUSA, 2024, p.18).

Por meio de variadas ações, como requalificações de escolas de tempo parcial para atendimento dos alunos em tempo integral, construção de novas escolas padrão FNDE, construção de Centros de Educação Infantil e convênios com creches bem como atendimento de alunos em Programas de Jornada Ampliada - como Aprender Mais, Pró-Técnico, Integração, Escola Areninhas, dentre outros - a Rede Municipal de Ensino de Fortaleza vem atendendo a meta nº 6 do Plano Nacional de Educação, que consiste na ampliação do atendimento dos alunos em tempo integral.

A presente pesquisa tem como recorte uma Escola de Tempo Integral, padrão FNDE, da Rede Municipal de Ensino de Fortaleza. Tivemos como objetivo analisar as razões que levaram os sujeitos público-alvo dessa investigação, os alunos de anos finais do ensino fundamental, a optarem por uma escola de tempo integral, como eles compreendem o papel da escola de tempo integral em seu processo formativo bem como sua inter-relação com os demais sujeitos, ambientes de aprendizagem, propostas curriculares e o que eles esperam de uma escola com essa abordagem. Em síntese, buscou-se analisar, tendo como foco a compreensão dos discentes, se a ampliação da jornada escolar amplia a formação integral do aluno, se a proposta curricular e as metodologias e ambientes de aprendizagem diversos potencializam uma educação democrática e emancipadora e se o modelo educacional proposto é compreendido pelos estudantes como

um favorecedor do seu processo formativo, com aprendizagens significativas para sua inserção na sociedade de maneira “(...) a colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva”⁴, conforme apregoado pela Base Nacional Comum Curricular.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada na EMTI Professor Prisco Bezerra, escola inaugurada em 2020. Atende aos anos finais do ensino fundamental - 6º ao 9º ano -, tendo matrícula de 624 alunos em 2024. Localiza-se no bairro Conjunto Ceará, área da periferia de Fortaleza. A escola é padrão FNDE, possuindo 16 salas de aulas, além de salas da direção, da coordenação, da secretaria, do coordenador administrativo financeiro e dos professores. Também possui variados ambientes pedagógicos, como: sala de recursos multifuncionais para o atendimento educacional especializado, auditório, sala de inovação, sala de informática, laboratório de matemática, laboratório de ciências, biblioteca, quadra poliesportiva e pátios para recreação. Possui ainda cozinha e copa para preparo dos alimentos dos alunos e refeitório amplo com mesas e cadeiras para os momentos de refeições, a escola é distribuída em térreo, 1º e 2º andares e subsolo.

A gestão escolar é composta por direção, dois coordenadores pedagógicos, um coordenador administrativo financeiro e uma secretária escolar. No apoio possui dois professores efetivos adaptados lotados na escola, um como apoio à secretaria e outro na biblioteca. Ainda como apoio escolar conta com dois agentes escolares da busca ativa, um apoio à sala de inovação e um apoio à sala de recursos multifuncionais. Possui monitor de acesso à escola e segurança 24h, conta ainda com manipuladoras de alimentos e funcionários para serviços gerais. Atualmente a escola tem 25 professores lotados, sendo 22 efetivos e 3 substitutos. A escola conta ainda com 3 desses professores efetivos assumindo a função de Professor Coordenador de Área (PCA). Conta também com uma professora lotada na Sala de Recursos Multifuncionais. Funciona no turno diurno. Essa é a estrutura física, administrativa e pedagógica que marca as escolas de tempo integral da Rede Municipal de Ensino de Fortaleza, com a observação que o modelo padrão dessas escolas possui 12 turmas e essa possui 16 turmas, sendo a maior escola de tempo integral da Rede.

⁴ Trecho da Competência geral da Educação nº 1, Base Nacional Comum Curricular (BRASIL,2018, p.9).

Nesta pesquisa foram utilizados os seguintes instrumentos para coleta de dados: análise documental e entrevistas. Foram consultados os seguintes documentos: LDB, PNE, PME, Decreto de criação das escolas de tempo integral no âmbito da Prefeitura Municipal de Fortaleza, PPP da unidade escolar. A pesquisa foi realizada com um grupo de 85 alunos. O instrumental selecionado para realização da pesquisa foi um formulário do google forms, que continha 24 perguntas de múltipla escolha e questões subjetivas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi realizada com os alunos no mês de junho de 2024 por meio da aplicação de um questionário elaborado no google forms. Eles foram orientados acerca do que consistia a pesquisa e tinham a livre decisão se gostariam de participar e responder as perguntas. Também foram orientados a sentirem-se à vontade para responderem com sinceridade ao que lhes era perguntado. A pesquisa foi realizada na sala de informática da escola e a pesquisadora ficou à disposição deles para o caso de dúvidas com alguma das perguntas a serem respondidas.

Embora a pesquisa tenha 24 perguntas, trataremos aqui de apenas alguns pontos que acreditamos serem mais relevantes para essa abordagem. Uma das respostas que trazemos para o debate é:

Figura 1 - Responsável pela decisão de estudar em escola de tempo integral



Fonte: autor, 2024.

Pelos dados do gráfico acima, percebemos que os maiores responsáveis pela escolha do modelo de educação em tempo integral dos alunos de anos finais da escola analisada são os pais, com um total de 81,13%. Isso, possivelmente, se dá em virtude da idade escolar desses alunos, eles têm em média de 11 a 14 anos, essa é uma faixa etária na qual as decisões familiares têm grande peso na vida dos filhos.

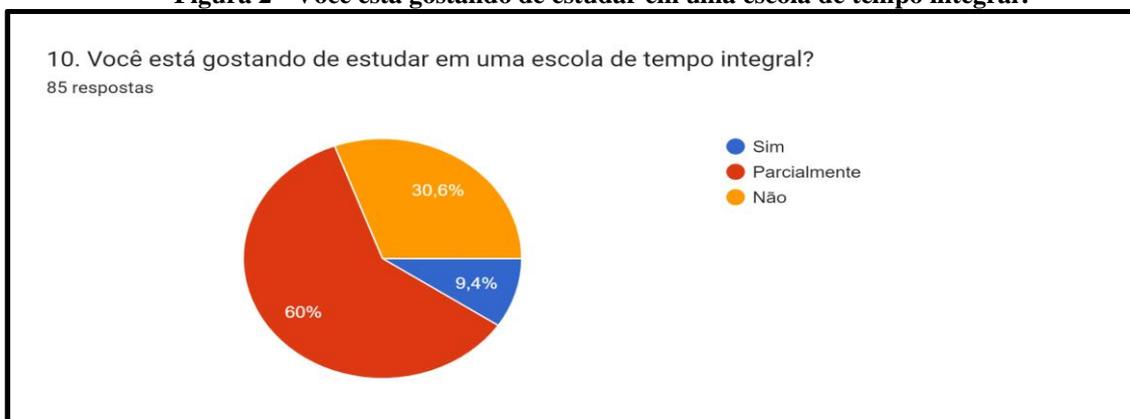
A pergunta seguinte era subjetiva e questionava aos alunos sobre quais eram as expectativas deles em relação a essa escola antes de iniciarem seus estudos. As respostas foram variadas, como “achei que seria algo muito cansativo”, “que a escola integral não

ia me cansar tanto”, “que ia ser muito ruim e eu nao ia me acostumar com a rotina da escola”, “As minhas expectativas eram boas, eu tinha ouvido falar bem sobre a escola”, “que era uma escola muito boa, mais moderna, totalmente diferente do que eu era acostumada por ser uma escola de tempo integral”, “uma escola de boa estrutura e de boa qualidade”, “um ensino de melhor qualidade de estudo”, “que a escola seria muito boa e com ótimo ensino e professores”, “eu achava que era aula só de manhã e a tarde era curso, que eu poderia tomar banho, ia ter meu próprio armário, ia ter esporte de qualidade, o almoço ia ser bom”.

Analisando as respostas percebemos que existia em alguns alunos o receio pelo desconhecido, afinal, eles estariam vivenciando uma mudança não apenas de escola, mas também de rotina com a ampliação da jornada escolar, novos professores, colegas de sala e proposta curricular. Mas se percebe também a expectativa pela oportunidade de estudar em uma escola, que como alguns relataram, é referência no bairro, como tendo melhores condições de estrutura e ensino e aprendizagem. No entanto, cabe ressaltar que alguns alunos fizeram observações de pontos que acreditavam que a escola lhes ofereciam e que ao iniciarem as aulas perceberam não ofertar, como cursos complementares à proposta curricular, possibilidade de terem um armário para cada aluno, o fato da escola não ter banheiro que comporte a possibilidade dos alunos tomarem banho e a não oferta de atividades esportivas diferenciadas para além das propostas nas aulas de educação física.

A pergunta seguinte buscou fazer um paralelo com a anterior.

Figura 2 - Você está gostando de estudar em uma escola de tempo integral?



Fonte: autor, 2024.

Aqui o objetivo era levar o aluno a refletir sobre suas expectativas em relação a escola de tempo integral antes de iniciar seus estudos e como estava compreendendo sua experiência com a prática vivenciada. O resultado apresentado nessa pergunta nos leva a uma série de questionamentos, pois 60% dos alunos dizem estar gostando parcialmente de estudar na escola. Sendo essa a escola que eles apontaram que antes de iniciar

efetivamente os estudos acreditavam ser a de melhor estrutura e qualidade de ensino do bairro, porque apresentam agora um percentual alto de alunos aprovando-a apenas parcialmente e com 30% dos alunos pesquisados apontando sua insatisfação? As respostas das perguntas seguintes que serão analisadas à frente podem dar indícios dos motivos que podem estar contribuindo para esse descontentamento.

As perguntas nº 11, 12 e 13 do questionário diziam respeito a percepção dos alunos sobre a diferenciação entre educação integral e em tempo integral, sendo duas perguntas subjetivas e uma objetiva. Dentre as respostas mais recorrentes temos:

QUADRO 1 - Como os alunos compreendem os conceitos de educação integral e tempo integral

“ampliação do tempo da jornada escolar diária do aluno”, “eu entendo que e para aprender mais do que as escolas de manhã que saem 11:30”, “um estudo que prepara os alunos melhor para o futuro e o trabalho com horas prolongadas de estudo”, “passar mais tempo estudando, aprendendo, socializar,etc..”, “aprendizado um pouco mais avançando, e saber diversas matérias que não são ensinadas”, “uma educação mais complexa no caso o dia todo”, “Eu acho que garante desenvolvimento de tudo,como física, emocional, intelectual, social, cultura...”, “formação plena do aluno, tanto cognitiva como socioemocional”

Fonte: autor, 2024.

As respostas dos alunos nas três perguntas evidenciam que, no geral, eles não conseguem diferenciar um conceito do outro, pois aparecem respostas que estariam relacionadas a um ou outro conceito nas três perguntas realizadas. No entanto, conseguimos inferir que embora não consigam fazer essa diferenciação, eles possuem a compreensão tanto da ampliação da jornada escolar como possibilidade para potencialização da aprendizagem por meio de um currículo diferenciado, como da necessidade de formação plena do educando.

Ainda a respeito das respostas dos alunos a essas perguntas é importante destacar que embora eles tenham as compreensões citadas acima e ressaltem benefícios da ampliação da jornada escolar para seu processo formativo, alguns deles demonstraram também sua insatisfação com a ampliação da jornada escolar ao responderem nessas questões que para eles o tempo integral era “mais atividade, mais trabalho pro aluno, mais aulas, mais peso pro aluno e sobrecarga até ele desenvolver ansiedade (...)”, “um tempo de estudo prolongado onde você passa muito mais tempo no ambiente escolar o que pode ser muito mais cansativo o que pode ocasionar sobrecarga mental”, “acho péssimo principalmente por contas das matérias da base diversificada, não servem pra nada”, “uma maneira de aprendizado exaustivo”, “cansa muito, as vezes nem conseguimos prestar atenção na aula”.

As respostas da questão nº 15 podem levantar algumas possibilidades a nossa compreensão acerca de possíveis motivos que podem estar levando estudantes da escola de tempo integral a sentirem-se “cansados” e “exaustos” e pouco estimulados em seu processo de aprendizagem. Nessa questão foram pontuados alguns fatores e eles deveriam avaliar o quanto eles os motivam a gostar de estudar em uma escola de tempo integral, conceituam-os em concordo plenamente, concordo parcialmente e discordo. Compilamos no quadro abaixo o quantitativo para cada possibilidade de fatores.

QUADRO 2 - Aspectos que motivam os alunos a gostar de estudar numa escola de tempo integral

Como você avalia os aspectos abaixo em relação a te motivarem a gostar de estudar em uma escola de tempo integral?			
Fatores	Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Discordo
O tempo ampliado	13	19	53
A carga horária ampliada dos componentes da base comum	14	38	33
Os componentes da parte diversificada	27	38	20
O cardápio dos lanches e almoço	11	23	51
A estrutura escolar	50	30	05
Os espaços pedagógicos de aprendizagem	56	25	04
O núcleo gestor escolar	26	42	17
Os professores	24	50	11
Demais funcionários da escola	42	38	05
A proposta curricular	35	39	11

Fonte: autor, 2024.

Um quantitativo significativo dos alunos participantes da pesquisa colocaram a ampliação da jornada escolar - característica intrínseca à escola de tempo integral - e o cardápio da alimentação servida na escolar como fatores que não os motivam a gostar de estudar em uma escola dessa modalidade, com um percentual de discordância de 62,3% e 60%, respectivamente. Apontaram como principais fatores motivadores a essa permanência a estrutura que a escola oferece e seus diversos ambientes pedagógicos de aprendizagem, com uma aprovação de concordância plena de 58,8% e 65,8%, respectivamente. Em relação à proposta pedagógica, se levarmos em consideração a

porcentagem de *concordam parcialmente* somadas a porcentagem de *discordam* em comparação aos que responderam *concordar plenamente* para os fatores “Os componentes da parte diversificada” e “A proposta curricular”, poderemos inferir que grande parte dos discentes ou podem estar apresentando dificuldades de aprendizagem com o que está sendo proposto nas aulas ou anseiam por modificações mais abrangentes nessa organização curricular, didática e/ou metodológica, visto que apresentam um índice de desaprovação de 68,2% e 58,7, respectivamente.

Ainda dentro da abordagem curricular, foi solicitado na questão nº18 que os alunos atribuíssem nota de 1 a 10, de acordo com o seu grau de satisfação, para as nove disciplinas que compõem a parte diversificada do currículo escolar, sendo 1 o menor grau de satisfação e 10 maior grau de satisfação. Analisando as respostas dos alunos tivemos como resultado o seguinte: A Atividade Orientada (AO), que possui carga horária de 2h/a semanal para os 6º e 7º anos e 1h/a semanal para os 8º e 9º anos e tem a finalidade de proporcionar aos alunos um momento, dentro da carga horária escolar, para realizar e/ou finalizar atividades pendentes da semana, teve o maior percentual de nota 10, com 29,4% dos alunos atribuindo nota máxima a essa disciplina. As demais disciplinas que tiveram maiores porcentagens de aprovação tendo por base a somatória das notas entre 6 a 10 foram: Atividade Orientada (72,9%), Protagonismo Juvenil (64,7%) e Formação Cidadã (63,4%). Analisando as disciplinas da parte diversificada que tiveram maior percentual de notas abaixo de 6, tivemos: Práticas Experimentais (PREX), que teve maior percentual de nota 1, ficando com 21,2%. E as três disciplinas cujo somatório de notas atribuídas pelos alunos foi entre 1 e 5, foram: Pensamento Científico (57,7%), Práticas Experimentais (55,3%) e Eletivas (38,9%).

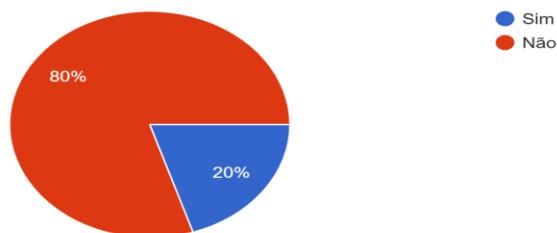
Na questão nº 20, foi perguntado aos alunos o que eles mais gostavam na escola, dentre as principais respostas, temos: “os computadores, quadra e eletiva”, “os meus colegas, o estudo”, “gosto das oportunidades que eles nos dão como: olimpíadas, aluno autor, aluno bolsa nota 10, entre outros”, “brincar, jogar e estudar as disciplinas que eu acho legal”, “Gosto das brincadeiras, de aprender e fazer coisas novas”, “atividades diferenciadas”, “aulas práticas”. Uma resposta que também apareceu muito nessa questão foi “a hora da saída”, “sinceramente pela carga horária ser muita puxada eu gosto da hora de ir embora”.

A questão nº 22 perguntava como o aluno avalia a escola de tempo integral como ela se encontra atualmente.

Figura 3 - A escola hoje atende suas expectativas da escola de ser a escola dos seus sonhos

22. Da forma como a escola se encontra hoje ela já atende as suas expectativas de ser a escola dos seus sonhos?

85 respostas



Fonte: autor, 2024.

Aqui temos um quantitativo elevado de alunos que sinalizam para a necessidade de mudanças com vistas a que esse modelo educacional atenda, de fato, às suas expectativas.

Ao analisarmos a estrutura e proposta curricular das escolas de tempo integral, podemos inferir que possuem condições que podem favorecer significativamente o processo formativo dos alunos, pois possuem ambientes de aprendizagem variados, salas climatizadas, currículo escolar diferenciado que, de acordo com os documentos orientadores da Rede, visa a formação plena do discente, ampliação da jornada escolar e, conseqüentemente, de interação com o conhecimento, maior tempo de interação dos alunos entre si e destes com seus professores. No entanto, na escola analisada os dados indicam que 80% dos alunos avaliam que ainda há um caminho a ser percorrido com vistas a não apenas ampliar o tempo de permanência do aluno na escola, mas que se elabore uma proposta que atribua sentido aos educandos, que estes sintam-se motivados e encorajados a construir coletivamente sua aprendizagem, tanto dos conhecimentos historicamente constituídos como dos valores e ações necessárias a inserirem-se na sociedade como sujeitos atuantes e protagonistas que devem ser.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ampliação da jornada escolar pode contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, é uma política pública defendida tanto do ponto de vista educacional como social. (PARO; FERRETTI; VIANA, 1988). Mas cabe ressaltar que a ampliação da jornada, para cumprir seu objetivo central, precisa estar intrinsecamente relacionada a uma nova dinâmica e consciência da escola de seu papel social, não basta apenas um currículo diferenciado, esse currículo precisa fazer sentido a esse aluno do século XXI, a escola precisa ter claro quais são suas prioridades e estas devem ser

elencadas baseadas na escuta ativa de todos os agentes envolvidos, como os estudantes, que além de serem ouvidos em suas expectativas e necessidades, precisam ser estimulados a participar ativamente, integrando experiências e conhecimentos que poderão dar sentido a esse percurso educativo.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, J. M. Lins de. **A educação como política pública**. Campinas: Autores associados, 1997.

AZEVEDO, J. M. Lins de (2015). Plano Nacional de Educação e planejamento: A questão da qualidade da educação básica. *Retratos Da Escola*, 8(15), 265–280. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/441/572>. Acessado em 20/10/24.

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (orgs). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. PNE - Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 26 jun 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

COELHO, L. M. Plano Nacional de Educação 2014-2024-Meta 06: estratégias para qual tempo e para qual projeto de sociedade? **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 13, n. 33, p. 101-120, 2016.

COIMBRA, L. M. C. C.; CAVALIERE, A. M. (Org.). **Educação Brasileira e (m) Tempo Integral**. São Paulo: Vozes, 2002, p. 13-42.

PARO, V. H., FERRETTI, C. J., VIANNA, C. P., & SOUZA, D. T. R. de. (1988). A escola pública de tempo integral: universalização do ensino e problemas sociais. *Cadernos De Pesquisa*, (65), 11–20. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1192>. Acessado em 10/10/2024.

PARO, V. H. Educação integral em tempo integral: uma concepção de educação para a modernidade. In: **Educação integral em tempo integral: estudo e experiências em processo**/ Lígia Martha C. Costa Coelho (org). Petrópolis, RJ: DP e Alii; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009.

SOUZA, Ruani Cordeiro de. Escolas Municipais de Tempo Integral: a interpretação da política por gestores e professores. Tese de Doutorado. Universidade Estadual do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2024.